



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

**RESOLUÇÃO Nº 19/2025**

*Estabelece critérios objetivos para concessão da Gratificação de Produtividade aos servidores lotados nas áreas de Tecnologia do Poder Judiciário do Estado da Paraíba.*

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**, no uso das atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** o disposto na [Lei nº 13.325 de 1º de julho de 2024](#), que Institui a gratificação de produtividade e desempenho para servidores de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, remetendo sua regulamentação a Resolução do Tribunal de Justiça da Paraíba;

**CONSIDERANDO** o disposto no [Ato da Presidência nº 70/2019](#) que Instituiu a Política de Gestão de Pessoas da Área de Tecnologia da Informação - TI, Diretoria de Tecnologia da Informação – DITEC;

**CONSIDERANDO** as disposições constantes da [Resolução nº 370/2021 do Conselho Nacional de Justiça](#) que recomenda a implementação de instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de Tecnologia da Informação - TIC, propiciando oportunidades de crescimento profissional com vistas à retenção de talentos e a implantação do Plano Anual de Capacitações de TIC para o desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, gestão e atualização tecnológica;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reduzir a rotatividade de pessoal nas áreas de TIC, de modo a assegurar a entrega de resultados efetivos para o Judiciário;

**CONSIDERANDO** o macrodesafio de fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados previsto do macrodesafio do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o sexênio 2021 e 2026;

**CONSIDERANDO** a decisão do Órgão Especial em sessão realizado no dia 12 de março de 2025, conforme processo nº 006072-52.2024.8.15;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer critérios objetivos para fins de concessão da Gratificação de Produtividade aos servidores lotados nas áreas de Tecnologia do Poder Judiciário do Estado da Paraíba.

**Art. 2º** Aos servidores lotados na Ditec e na GETEC será concedida Gratificação de Produtividade no importe anual de até duas vezes o valor do primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, observadas as diretrizes desta Resolução.

§ 1º A gratificação de que trata o caput deste artigo será paga nos valores e critérios definidos no Anexo I desta Resolução, considerando a pontuação mínima atingida pelo servidor, quando somadas as notas obtidas no Catálogo de Atribuições e Avaliação de Desempenho - CADE (Anexo II).

§ 2º O período de avaliação para fins de preenchimento do CADE é semestral e deverá ser preenchido pela chefia imediata do servidor.

§ 3º O pagamento da gratificação será realizado de forma anual, considerando a pontuação obtida pelo servidor, nas duas avaliações anuais, cabendo a chefia imediata

registrar, em repositório próprio a ser definido pela Ditec, o conjunto de atividades, capacitações, atribuições e inovações que servirão como objeto para a avaliação, para fins de acompanhamento e controle.

§ 4º Caberá ao Comitê de Gestão de TI - CGTI, realizar análise crítica do resultado das avaliações, por área, a fim de avaliar a necessidade de revisão dos indicadores, submetendo-a ao CgovTI.

§ 5º O CADE poderá ser revisado pelo CGovTI, em periodicidade mínima de 6 (seis) meses e, havendo novos critérios, estes serão aplicados a partir do semestre posterior a sua alteração e publicação, desde o prazo que entre esta e o próximo período de avaliação seja de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

§ 6º Os critérios de aferição de produtividade para o ano corrente observarão as regras transitórias definidas em cada item dos eixos previstos no Anexo I desta Resolução.

**Art. 3º** A Ditec e a GETEC encaminharão à Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, no mês de janeiro subsequente ao ano de avaliação, relação consolidada com os nomes dos servidores que atingiram a pontuação necessária à percepção da gratificação nos seus respectivos valores percentuais.

**Art. 4º** A vista da relação, a DIGEP providenciará o pagamento do valor correspondente da gratificação no mês subsequente ao seu recebimento.

Parágrafo único. Em caso de atraso no envio da relação no prazo previsto no artigo anterior, o pagamento será realizado no mês posterior ao seu envio.

**Art. 5º** Ao servidor que não atingir a pontuação mínima para recebimento da gratificação em três avaliações semestrais, consecutivas ou alternadas, no período de 3 (três) anos, será submetido a procedimento de apuração de descumprimento de deveres funcionais perante o órgão competente.

**Art. 6º** A COGTI deverá providenciar atualização do plano gestor e processo de gestão de pessoas da TI para fins de cumprimento deste normativo em consonância com a ENTIC-JUD, observando o atendimento aos itens do iGovTIC-JUD sobre o tema.

**Art. 7º** Os casos omissos serão analisados pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação - CGovTI, que submeterá parecer à apreciação da Presidência do Tribunal.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.**

Este texto não substitui o publicada no DJe em 25.04.2025.

## **RESOLUÇÃO Nº 19/2025**

### **ANEXO I**

#### **Critérios de aferição de pontuação e valor da gratificação Pontuação Máxima 90 pontos até 15 pontos por cada item avaliado**

O eixo perfil de competências define a participação do servidor no cumprimento do processo de gestão de pessoas de TI, aprimorando as competências técnicas e comportamentais para melhor desempenho das suas atribuições na sua área de atuação e, ainda, possibilitar a difusão deste conhecimento aos demais servidores da área de tecnologia do TJPB, no período de um ano.

A pontuação para cada item do eixo será atribuída a partir dos seguintes critérios:

Item 1 - O servidor deverá cumprir 5 (cinco) capacitações previstas no plano de anual de capacitação de TI, previstos pela sua área de atuação, sendo atribuído 3 (pontos) por cada curso realizado.

Item 2 - O servidor deve realizar pelo menos uma capacitação por semestre.

A pontuação será obtida considerando 50% da pontuação total do item, sendo computada apenas uma capacitação a cada semestre.

Item 3 - O servidor deve ministrar pelo menos um evento quadrimestralmente de compartilhamento de conhecimento para obter 100% da pontuação, devendo o evento e seu teor ser previamente aprovado pelo seu chefe imediato.

Item 4 - O servidor deve produzir pelo menos uma documentação técnica por trimestre.

A pontuação será obtida considerando 25% da pontuação total do item, sendo computada apenas uma documentação a cada trimestre.

Item 5 - Para obter a pontuação deste item, o servidor deve participar das avaliações do desempenho por competências, como avaliador e como avaliado, participar das reuniões de feedback e contribuir para a atualização dos perfis de competências definidos para sua equipe, inclusive, contribuindo com a definição das metas, não sendo pontuado se não participar de qualquer das fases ou perfis.

Item 6 - O servidor deve executar os processos de TI da ENTIC-JUD atrelados ao seu setor apresentando as evidências à sua chefia imediata e sugerir melhorias nestes processos.

Obterá 50% da pontuação prevista para o item comprovando a sua execução e 50% da pontuação apresentada, pelo menos, uma melhoria no(s) processo(s).

### **REGRA DE TRANSIÇÃO**

Item 1 - Se houver plano de capacitação disponível, cada capacitação equivalerá a 7,5 pontos. Não havendo, a pontuação máxima será atribuída a todos os servidores.

Item 2 - A pontuação será aferida apenas no referente ao 2º semestre de 2024

Item 3 - Aplica-se a regra a todo ano de 2024, sendo a pontuação máxima atribuída com ministração de um evento.

Item 4 - Aplica-se a regra a todo ano de 2024 e cada documentação produzida equivale a 7,5 pontos.

Item 5 - Não há regra de transição

Item 6 - Atribuir-se-á a pontuação máxima para o ano de 2024.

**EIXO  
DESEMPENHO**

**Pontuação Máxima 80 pontos até 10 pontos por cada item avaliado (de acordo com o formulário oficial)**

O eixo desempenho está amparado pela [Resolução nº 17, de 15 de outubro de 2014](#), que dispõe sobre o desenvolvimento na carreira do quadro efetivo de pessoal do Poder Judiciário do Estado da Paraíba e baliza os critérios utilizados nas progressões e movimentações de servidores no âmbito do TJPB.

A pontuação obedecerá aos critérios estabelecidos na [Resolução nº 17/2014](#) que regulamenta o processo de avaliação de desempenho.

**REGRA DE TRANSIÇÃO**

Não há devido a aferição já constar como obrigatória na [Resolução nº 17/2014](#).

**EIXO  
ATRIBUIÇÕES ESPECIAIS**

**Pontuação Máxima 100 pontos de acordo com a pontuação máxima estabelecida**

O eixo refere-se à medição da participação dos servidores em atividades estratégicas, incluindo a execução de projetos, a participação no planejamento de contratações, bem como a fiscalização e a gestão de contratos.

Estabelecer pontuação para quantidade de projetos, ações, gestão e fiscalização de contratos e participação nos planejamentos das contratações

Item 1 - A cada participação efetiva em projeto/ação o servidor obterá 20 pontos, por projeto/ação, com a respectiva comprovação da realização da(s) atividade(s) que lhe foi conferida nos prazos e qualidades estabelecidos.

Item 2 - A participação do servidor como gestor ou fiscal de contrato de tecnologia obterá a pontuação máxima desse item.

Item 3 - A participação no planejamento de uma contratação de Tecnologia pode gerar a pontuação máxima nesse item, a partir da avaliação do integrante demandante da contratação e, sendo este, do gestor e vice-versa, considerando as notas de 0 (zero) a 5 (cinco) onde:

0 - Não participante;

1 - Participação muito baixa;

2 - Participação baixa,

3 - Participação moderada;

4 - Participação boa;

5 - Participação excelente, e a nota será multiplicada por 6, para se obter a pontuação final.

**EIXO**  
**INOVAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR**  
**Pontuação Máxima 100 pontos até 50 pontos por cada item avaliado**

O eixo Inovação e Agregação de Valor destaca a importância de iniciativas que visem a implementação de novas ideias e ações de melhoria nos processos de trabalho e no ambiente do Tribunal.

Este eixo é fundamental para promover o aumento da eficiência das atividades realizadas no âmbito da DITEC.

O servidor obterá 50 pontos caso obtenha a aprovação, pelo CGTI, de pelo menos um projeto de inovação no período de um ano.

Será considerada inovação aquela que se caracteriza pelo processo de transformar uma invenção (criação original) ou ideia (pensamento ainda não concretizado) em algo de valor, por meio de novidades ou aperfeiçoamentos em processos, sistemas, serviços ou tecnologias utilizados no TJPB, resultando em melhorias mensuráveis em ao menos um dos seguintes aspectos: eficiência operacional, redução de custos, qualidade dos serviços ou satisfação dos usuários.

Para que o servidor obtenha 50 pontos e sua contribuição na implantação do projeto ou ação de inovação seja considerada, ele deve ter participado ativamente, no período de um ano, de pelo menos uma das seguintes atividades: planejamento (definição de metas e cronograma), execução (implementação das atividades), coordenação (liderança ou supervisão de equipes), ou monitoramento e avaliação (acompanhamento e ajustes).

**REGRA DE TRANSIÇÃO**

**Atribuir-se-á a pontuação máxima em cada item para o ano de 2024.**

## RESOLUÇÃO Nº 19/2025

### ANEXO II PONTUAÇÃO E VALOR DA GRATIFICAÇÃO

Pontuação Mínima	Eixos	Valor da Gratificação
<50 pontos	Capacitação, Desempenho, Atribuições Especiais e Inovação	Não recebe a gratificação
>=50 pontos e <=99 pontos	Capacitação, Desempenho, Atribuições Especiais e Inovação	50% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário
>=100 pontos e <=150 pontos	Capacitação, Desempenho, Atribuições Especiais e Inovação	100% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário
>=150 pontos e <=179 pontos	Capacitação, Desempenho, Atribuições Especiais e Inovação	150% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário
>=180 pontos	Capacitação, Desempenho, Atribuições Especiais e Inovação	200% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário

A Gratificação será paga ao Diretor, aos Gerentes, aos Supervisores e aos Coordenadores da área de Tecnologia da Informação, obedecendo os seguintes critérios:

Maturidade IgovTic-Jud	Valor da Gratificação
Nível Baixo	Não recebe a gratificação
Nível Satisfatório	50% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário
Nível Aprimorado	100% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário
Nível de Excelência	200% do primeiro padrão da classe A do cargo de analista judiciário

## RESOLUÇÃO Nº 19/2025

### ANEXO III

#### Catálogo de Atribuições e Avaliação de Desempenho – CADE

NOME DO SERVIDOR:

MATRÍCULA:

CARGO:

LOTAÇÃO:

PERÍODO DE AVALIAÇÃO:

NOME DO AVALIADOR:

### EIXO

#### PERFIS DE COMPETÊNCIA E BOAS PRÁTICAS

Pontuação Máxima 90 pontos até 15 pontos por cada item avaliado

Item	INDICADOR	Nível Alcançado	Pontuação Obtida
1	O servidor realizou as capacitações programadas e disponíveis para o período no plano de capacitações?		
2	O servidor realizou capacitação oferecida pelo CNJ, TJPB, ESMA, ou entidades conveniadas que tratem sobre PDPJ, Entic-JUD, Ensec-PJ, sistemas ou tecnologias utilizados pelo TJPB, etc?		
3	O servidor ministrou alguma capacitação ou compartilhamento interno de conhecimento (workshop, ou outro evento), aprovado previamente pela chefia imediata, sobre temas relacionados a sua atividade ou vinculadas à PDPJ, Entic-JUD, Ensec-PJ, sistemas ou tecnologias utilizados pelo TJPB, etc?		
4	O servidor produziu documentação técnica e apresentou à equipe onde exerce suas atividades?		
5	O servidor participou e cumpriu os prazos para a realização das avaliações do desempenho por competências?		
6	O servidor executou atividades previstas nos processos de TI definidos na ENTIC-JUD e contribuiu para a melhoria contínua desses processos no âmbito da DITEC?		

**EIXO  
DESEMPENHO**

**Pontuação Máxima 80 pontos até 2,5 pontos por cada item avaliado**

<b>INDICADOR</b>	<b>Pontuação Obtida</b>
<b>Eficiência</b> - O servidor foi eficiente em todas atividades que lhe foram atribuídas no período? Avaliar a pontuação do servidor pelo cumprimento das normas procedimentais gerais e particulares da unidade, além de índices de cumprimento de atos estabelecidos pela própria unidade.	
<b>Assiduidade</b> - O servidor foi assíduo, não havendo faltas injustificadas no período? Avaliar se o servidor faltou sem justificativa ao expediente, reduzindo-lhe um nível por cada falta injustificada, no período anual avaliado.	
<b>Pontualidade</b> - O servidor foi pontual, não havendo atrasos injustificados por período superior a 30 minutos? Avaliar se o servidor incidiu em atrasos ao expediente sem justificativa, reduzindo-lhe um nível por cada atraso superior a 30 minutos.	
<b>Urbanidade</b> - O servidor demonstrou urbanidade dispensada às pessoas com quem teve que se relacionar profissionalmente? Avaliar o tratamento que o servidor dispensa às partes, aos magistrados, aos membros do Ministério Público, aos defensores públicos, advogados, aos colegas de trabalho e ao público em geral.	
<b>Iniciativa e Administração do Trabalho</b> - O servidor demonstrou capacidade em realizar o trabalho com responsabilidade, mantendo o foco nos objetivos e nas metas estabelecidas para sua unidade? Avaliar a capacidade do servidor em realizar o trabalho com responsabilidade, mantendo o foco nos objetivos e nas metas estabelecidas para a unidade.	
<b>Presteza</b> - O servidor desempenha suas atividades de forma organizada, mantendo atualizadas, disponíveis e acessíveis as informações das tarefas que executa? Avaliar se o servidor é organizado no desenvolvimento das atividades, de modo a otimizar o tempo de trabalho, mantendo atualizados, disponíveis e acessíveis dados e informações referentes às tarefas que executa, como forma de garantir a continuidade do serviço.	